



Vitorioso no Colégio Eleitoral, Tancredo acena e prepara-se para o discurso no qual anunciava o fim das eleições indiretas para presidente

Correio Braziliense/Reprodução



No dia da votação, o Correio praticamente antecipava o resultado da eleição indireta



Dia seguinte à vitória de Tancredo: edição anunciava o raiar da Nova República

o homem-chave para presidente”, propunha, por meio de um trocadilho ruim. Em uma entrevista publicada na edição do **Correio Braziliense** de 7 de agosto de 1983, o ex-ministro da Casa Civil de Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, vaticinou sobre o vice: “Que grande paradoxo este. Quanto mais cresce, mais o Aureliano cava a sepultura. Aureliano está ocupando muito espaço, mas só será candidato se Figueiredo quiser. E ele não vai querer”, registra Bernardo Braga Pasqualette, em *Me esqueçam — Figueiredo, a biografia de uma Presidência*.

Segundo o general presidente relatou a Ronaldo Costa Couto, a animosidade dele com Aureliano teve a ver, também, por causa de uma conversa que tiveram sobre Tancredo. É Figueiredo quem diz:

“Quis fazer um acordo com Tancredo. E, num dia de despacho, disse para ele (Aureliano): ‘Por que não fazemos um acordo com Tancredo? É a coisa mais fácil! Ele me propôs isso. Proponho a ele que indique o candidato (ao Colégio Eleitoral) e está acabado’. E ele me disse o diabo do Tancredo. Descreveu toda a vida do Tancredo, que nem conhecia. Fiquei estarelecido. E terminou dizendo: ‘Com esse, não formo. Não me terão junto’. De repente, dois anos depois, ele me aparece um dia, com um papel no bolso. Tira: ‘Tenho aqui o rascunho do acordo com o doutor Tancredo. Sempre fui por eleição direta’. Eu disse: ‘Você sempre foi pela eleição direta, quando? Você nunca me disse isso! A prova de que não é, é que você foi eleito numa eleição indireta e aceitou. Se era pela eleição direta, nunca deveria ter aceitado’. E terminamos a nossa conversa. Ele sempre me tratou com muito carinho. E, nesse dia, disse

a ele: ‘Está terminada a nossa conversa’. Ele foi me procurar para ver se conciliava os nossos pontos de vista. ‘Não, Aureliano, nunca chegaremos a um resultado. Quando muito, poderemos ser amigos particulares. Correligionários, nunca. Você é político profissional, eu sou soldado’. (...) Ele ficou zangado comigo e, aí, começou a dizer bobagens. Inclusive, quando fui para Cleveland, ele deu uma entrevista falando coisas que não aceitei. (...) Publicamente, sempre me elogiava muito. Mas, no fim, terminava com coisas ferinas. E quando cobrava dele, negava”.

Com Aureliano e Andreazza praticamente inviabilizados, Maluf se movimentou com desenvoltura. O problema é que Figueiredo não gostava do deputado por razões também pessoais. Numa conversa com o então senador José Sarney, deu o motivo: “Vou matar o Maluf, meto um punhal na barriga dele, se for necessário. Ele quis me corromper por meio dos meus filhos”, disse. A raiva vinha do governo de Emílio Médici, no qual foi ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Os filhos de Figueiredo assuntaram Maluf sobre a possibilidade de financiamento público para abrir um cine drive-in. O então governador de São Paulo respondeu-lhes que, por serem filhos do general, tinham “de pensar em coisas maiores” — disse Carlos Átila, diplomata e ex-porta-voz de Figueiredo, a Bernardo Braga Pasqualette.

Nesse diálogo com Sarney, pouco antes da ida para Cleveland, o general presidente anunciou que abandonaria o PDS. O futuro vice-presidente de Tancredo respondeu que o seguiria se o fizesse, como observa Regina Echeverria, em *Sarney, a biografia*.

Trechos do discurso

“Neste momento alto na história, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há Pátria onde falta democracia.

(...) A primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se, para isso, devemos recorrer à experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído.

Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política.

Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social.

É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao poder constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a lei fundamental do país. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí

a preocupação de que ela não surja no açodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional.

Os deputados constituintes, mandatários da soberania popular, saberão redigir uma carta política ajustada às circunstâncias históricas. Clara e imperativa em seus princípios, a Constituição deverá ser flexível quanto ao modo, para que as crises políticas conjunturais sejam contidas na inteligência da lei.

(...) Creio não poder fazê-lo de melhor forma do que, perante Deus e perante a Nação, nesta hora inicial de itinerário comum, reafirmar o compromisso de resgatar duas aspirações que, nos últimos 20 anos, sustentaram, com penosa obstinação, a esperança do povo:

— Esta foi a última eleição indireta do país;

(...) É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas:

— a do Poder Legislativo, que, muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da representação popular, como última sentinela no campo da batalha democrática;

— a do Poder Judiciário, que se manteve imune a influências dos casuísmos, para, na atual conjuntura, fazer prevalecer o espírito de reordenação democrática; (...)

— a da imprensa — jornais, emissoras de rádio e televisão — que sob a censura policial, a coação política e econômica, ousou bravamente enfrentar o poder para servir à liberdade do povo; (...)

— a das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder;

(...) O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem o morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilização e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores às da preservação da integridade e da soberania nacionais.

(...) A reconstrução democrática do país significa o retorno, em toda a liberdade, dos trabalhadores à vida política. Sem seu apoio, nenhum governo poderá cumprir suas tarefas constitucionais.

(...) Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

Se todos quisermos, dizia-nos, há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste país uma grande Nação.

Vamos fazê-la.”

A desistência

A ideia foi abandonada, até que Figueiredo joga para o alto a coordenação do PDS à própria sucessão, no pronunciamento de fim de ano, em dezembro de 1983. O fez em cadeia de rádio e tevê. De Nova York, onde passava as festas, Maluf classificou o gesto como “estupendo” — frisa Bernardo Braga Pasqualette. Afinal, o deputado avança velocemente no controle da máquina do partido. A turbinar-lhe a candidatura, o apoio de Golbery.

Com o jogo da sucessão presidencial embaralhado e a Emenda Dante de Oliveira (PEC 05/83) para as eleições presidenciais diretas sepultada, ao fim da sessão da Câmara em 26 de abril de 1984, começou a circular a proposta para a prorrogação do mandato de Figueiredo até 1987, com eleição direta para sucedê-lo. Entre os defensores, Brizola, os ministros Leito de Abreu e César Cals (Minas e Energia) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O próprio general presidente garante que isso não o interessava.

“Havia alguns elementos, como o Cals. Mas o próprio (ministro do Exército, Walter) Pires não, absolutamente. Ele disse numa reunião de oficiais gerais: ‘Não falem isso com o João, porque vai brigar com vocês’. O próprio Medeiros (Otávio, ministro-chefe do SNI) também disse. (...) Havia mais elementos do PMDB que queriam que eu continuasse do que do outro lado (PDS)”, disse Figueiredo a Ronaldo Costa Couto.

Sem Diretas Já e afastada a hipótese da prorrogação de mandato, o jogo seria no Colégio Eleitoral. Dentro do PDS, a hipótese de o candidato ser Maluf mortificava muita gente, entre elas Sarney, senador e presidente do partido. O “malufismo”, porém, consolidara-se — sua tropa de choque era comandada pelo deputado Amaral Neto (RJ) e por Calim Eid, fiel escudeiro de Maluf.

Surge, então, a ideia de uma consulta às bases do PDS para tentar dificultar a vida do parlamentar paulista. Sarney fecha o circuito, com apoio do líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (RS), do vice-presidente da legenda, senador Jorge Bornhausen (SC), e dos ministros Leito de Abreu e Rubem Ludwig (chefe do Gabinete Militar). Figueiredo, porém, rói a corda, conforme mostra carta do general presidente a Sarney, cujo conteúdo está publicado em *Sarney, a biografia*. A manobra, que seria levada para a Executiva do PDS no dia seguinte, toma o tiro fatal.

Numa reunião em clima de guerra, a prévias foram rejeitadas e o “malufismo” prevalece. Ato contínuo, Sarney anuncia a renúncia à presidência do PDS e Bornhausen deixa a vice. Nascia o embrião da Aliança Democrática, que se aglutinaria em torno de Tancredo. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, sente o cheiro da oportunidade e procura o senador catarinense. Unia-os todos a

rejeição a Maluf. Um segundo encontro no apartamento funcional de Bornhausen, na 309 Sul, junta Sarney, os senadores Marco Maciel (PDS-PE) e Guilherme Palmeira (PDS-AL), e o deputado Saulo Queirós (PDS-MS). Começa a definir-se a dissidência.

Indignado, Figueiredo escreve a Sarney. Percebe que o senador está com um pé fora do PDS: “Lamento que, neste momento de tamanha relevância para a vida de nosso partido, vossa excelência, surpreendendo correligionários e amigos, tenha renunciado à presidência do PDS. Lamento, também, que haja tomado esta decisão sem ouvir-me”, diz trecho da carta, datada de 13 de junho de 1984.

O senador devolve a mensagem do general presidente. Inicia dizendo: “Peço-lhe licença para considerá-la (a carta de Figueiredo) injusta. Com sacrifício pessoal e grande desgaste político, dei ao PDS e ao governo lealdade e trabalho. (...) A informação que a vossa excelência deram de que surpreendi a amigos e correligionários não é verdadeira”. Pelo tom, Sarney pusera os dois pés fora do partido. A formalização era questão de tempo.

A decisão

Ainda em junho, o acordo da Frente Liberal começou a ser costurado. Sarney, Ulysses, Aureliano, Tancredo, mais os dissidentes do PMDB e do PDS, aceleram a formação da Aliança Democrática. Numa conversa com o senador maranhense, o governador de Minas propôs: “Chegou o momento de formarmos uma frente e você é indispensável, pois fez o que ninguém teve coragem de fazer”, disse Tancredo a Sarney, segundo a biógrafa Regina Echeverria.

Sarney, antes desanimado, passa à ação. Conversa com Bornhausen, Guilherme Palmeira, Aureliano e Marco Maciel — os dois últimos relutam em unir-se a Tancredo, mas os dois primeiros aceitam de cara. Mas, para embarcar na Aliança, o ainda vice de Figueiredo exige que o vice de Tancredo seja indicado por eles. Calejado nas manhas da política, o governador topa: “Aureliano é mineiro como eu. Não se faz carta sem receber a resposta antes”, brinca Tancredo. Formalizam a composição em um documento. Resta saber quem ocuparia a vaga.

Se dependesse apenas de Sarney, o vice de Tancredo seria Maciel, que não aceita. Novamente Aureliano intervém e sugere que o ex-presidente do PDS assuma a tarefa. Sarney reluta: argumenta que, por ter estado à frente do partido do governo até dias antes, seria constrangedor surgir como segundo da chapa da oposição.

Aureliano, porém, tem uma carta na manga. “O PDS não vota no Tancredo. Você conhece o PDS. Só com você nós ganhamos. O Maciel pode ser um bom sujeito, mas não tem as qualidades que você tem para que possamos alcançar a vitória”, disse a Sarney.

Ao saberem que os recém-convertidos oposicionistas queriam o senador maranhense como vice de Tancredo, os autênticos do PMDB dizem: “nem pensar” — um deles, o senador gaúcho Pedro Simon, aspirava ao posto. O governador mineiro pretendia que Costa Cavacanti formas-se com ele a chapa. De novo, foi Aureliano quem impôs a condição: “Sem Sarney não há Aliança”.

Antecipando-se à possibilidade de a definição do nome ficar dramática, Ulysses encerra a discussão apelando aos números: “Levantaram a questão do Sarney para vice. ‘Sim, e o que é que há?’, eu perguntava. O camarada dizia que não podia, que ele era do PDS até anteontem etc. Então, eu encerrava o papo: ‘Não dá, aritmeticamente falando, para elegermos o Tancredo sem os votos da Frente Liberal, que, como contrapartida, ganhou o direito de indicar o vice — e indicou. Ou você acha que devemos deixar o Maluf eleger-se?’”, relata Luís Gutemberg, em *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*.

Em 7 de agosto de 1984, a Aliança Democrática — que uniu o PMDB e a Frente Liberal — é oficializada. O ex-presidente do PDS torna-se um peemedebista dias depois e a convenção do partido referenda a chapa Tancredo-Sarney, com direito a cantos de exaltação, como “Ei, ei, ei, Sarney é nosso rei” e “Salim, Salim, Salim, sua alegria está no fim” — em referência ao nome do meio de Maluf. Por sinal, em 11 de agosto, ele tornara-se o candidato do governo ao Colégio Eleitoral, batendo, sobretudo, Andreazza.

Apesar de decididas as chapas para a eleição indireta, isso não quer dizer que os dias até o pleito de 15 de janeiro de 1985 seriam serenos. Embora sem detonar bombas, os radicais de extrema-direita continuam ativos e espalham que a vitória da oposição jogará o país no comunismo.

Em 21 de setembro de 1984, depois de um comício de Tancredo em Goiânia, os altos comandos das Forças Armadas reúnem-se sob a alegação de analisar a corrida sucessória. Na verdade, pretendiam obter aval do generalato para a prorrogação do mandato de Figueiredo. A ideia foi sepultada. Como motores das forças contrárias às pretensões continuístas, o general Leônidas Pires Gonçalves e o almirante Henrique Sabóia, futuros ministros do Exército e da Marinha de Tancredo.

Ao mesmo tempo em que Maluf torna-se garoto-propaganda do governo, Tancredo, em manifestação na capital capixaba, faz duas promessas. A primeira: sua vitória no Colégio Eleitoral seria a fundação da Nova República, que viraria a página de um longo capítulo da vida do país, marcado, sobretudo, pela brutalidade com os adversários do governo, mácula que permanecia na alma brasileira; e a segunda: convocaria uma Assembleia Nacional Constituinte.